

PRÁTICAS DOCENTES E A BNCC: A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Simone Regina Omizzolo¹
Francisca Melo Agapito²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de tratar sobre as práticas docentes visando à inclusão escolar com base na Base Nacional Comum Curricular. A percepção dos papéis que os educadores desempenham e o quanto são essenciais na criação e desenvolvimento de um currículo verdadeiramente inclusivo são aspectos essenciais de formação. Entendemos que educadores, são mediadores do processo de ensino e aprendizagem, enfrentam o desafio de compreender e atender às necessidades educacionais de uma variedade de educandos em suas salas de aula e desempenham um papel fundamental na adaptação e implementação da BNCC, tornando-a uma realidade concreta para promover a educação inclusiva. O processo reflexivo diante da BNCC é crucial na organização do trabalho efetivo na ação inclusiva. É fundamental que os educadores examinem e compreendam as competências e habilidades propostas pela BNCC, avaliando como podem ser personalizadas para atender às necessidades individuais dos educandos. Isso envolve reconhecer a singularidade de cada educando, considerando seus diferentes ritmos de aprendizagem, estilos e interesses. Perpassando pela formação continuada como ferramenta de atualização, reflexão e mudanças. Para tanto, o presente estudo teve como aporte teórico Saviani (2016), Orrú (2018), Marsiglia (2017), bem como Souza (2016). Buscando verificar e refletir sobre os principais pontos na formulação da BNCC vez que, existem correntes favoráveis e desfavoráveis. Assim, foi possível evidenciar a existência de muitos desafios educacionais para que a inclusão escolar esteja presente em níveis de equidade para todos educandos desse país.

Palavras-chave: Inclusão, Base Nacional Comum Curricular, Práticas Docentes.

APONTAMENTOS INICIAIS

A educação inclusiva tem se consolidado como um mecanismo fundamental para garantir o direito à educação de todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou socioeconômicas. Essa abordagem visa não apenas a integração de alunos com deficiência, mas também a valorização da diversidade em todas as suas formas, reconhecendo que cada estudante traz consigo uma bagagem única de experiências e conhecimentos. Ao promover um ambiente escolar que acolhe e respeita as diferenças, a educação inclusiva contribui para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa. Além

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas – PPGPE/UFMA, Docente da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Centro de Ciências de Imperatriz. Imperatriz-MA, E-mail: simone.omizzolo@ufma.br

² Doutora em Ensino. Docente da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas – PPGPE/UFMA – Centro de Ciências de Imperatriz. Imperatriz-MA, E-mail: francisca.agapito@ufma.br

disso, a implementação de práticas inclusivas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, beneficiando não apenas discentes que necessitam de adaptações, mas todo o grupo, ao fomentar a empatia, a colaboração e o respeito mútuo. Além de ser uma política pública que visa garantir uma sociedade mais igualitária, empática e justa, para que todos os indivíduos tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade, independentemente de suas características e necessidades.

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), emerge como um instrumento normativo essencial para orientar e direcionar as práticas educacionais no Brasil. Este documento estabelece as competências e habilidades que estudantes devem desenvolver no percurso da educação básica, além de ser fundamental ressaltar o enaltecimento da diversidade e a ascensão da inclusão. O objetivo deste artigo é tratar sobre as práticas docentes visando à inclusão escolar com base na Base Nacional Comum Curricular. Para tanto, por meio de uma revisão de literatura sistemática buscamos dialogar sobre a temática em pauta, trazendo à tona as experiências e abordagens que têm sido adotadas por educadores em diferentes contextos.

A pesquisa se concentra em identificar estratégias pedagógicas que promovem a inclusão e a adaptação curricular, além de destacar a importância da formação contínua dos professores para enfrentar os desafios impostos pela diversidade nas salas de aula. Além disso, discutiremos os efeitos dessas práticas sobre o desempenho acadêmico e social dos alunos, evidenciando como a educação inclusiva pode contribuir para um ambiente escolar mais colaborativo e enriquecedor. A intenção é fornecer uma reflexão crítica e fundamentada que possa servir de subsídio para a construção de um currículo mais inclusivo e eficaz nas escolas brasileiras.

Compreendemos que as práticas docentes desempenham um papel crucial na produção de um currículo que seja verdadeiramente inclusivo. Sim, embora existam as leis, normas e apoio legal para a inclusão, por si só elas não constroem a cultura de inclusão. A cultura é construída por pessoas, e estas transformam a realidade e para isso é preciso que se tenha pertencimento, clareza e entendimento do que de fato seja inclusão. E nesse sentido quem está no dia a dia em sala de aula fazendo a formação de pessoas são os educadores. E como mediadores do processo de ensino e aprendizagem, têm o desafio de compreender e atender às necessidades educacionais de uma diversidade de educandos em suas salas de aula. Eles desempenham um papel fundamental na adaptação e implementação da BNCC tornando-a uma realidade palpável para promover uma educação inclusiva. E como nos alerta Saviani

(2016), para alcançarmos uma educação inclusiva real, os objetivos educativos é que devem vir primeiro.

Se os conhecimentos produzidos socialmente, no que se refere à educação, não interessam por si mesmos e se o conjunto dos saberes mobilizados pelo educador se articulam em função do objetivo propriamente pedagógico que se liga ao desenvolvimento do educando, então não são os saberes, enquanto tais, que determinam a construção dos currículos escolares. Ao contrário disso, são os objetivos educativos que determinam a seleção dos saberes que deverão compor a organização dos currículos (Saviani, 2016, p. 18).

Nesse contexto entendemos que existe quem apoie a BNCC (2018) como está e há quem não a perceba como eficiente na formação de cidadania reflexiva crítica capaz de prover mudanças. De acordo com Marsiglia et al (2017, p. 108), afirmam que:

A educação é processo de ensino e aprendizagem dos saberes socialmente necessários para a vida em sociedade. Sua origem se confunde com a do próprio ser humano. Este se distingue dos demais animais, pois, fundamentalmente, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem necessidade de adaptar a natureza a si. Neste processo de transformação da natureza por meio do trabalho, o ser humano se humaniza, constitui sua existência, aprende, ensina e produz cultura.

Assim, a formação do ser humano no campo educacional ocorre por meio de um processo sistematizado, em que as construções são oriundas de saberes experienciados nas relações sociais. Além disso, a formação ocorre nesse processo de produção e reprodução da cultura, ressignificação das aprendizagens e constante evolução. Então, quando refletimos sobre este processo, convém questionar novas possibilidades de mediação e desenvolvimento dos sujeitos envolvidos nestas ações. Logo, trazer a luz inquietações como: se de fato as orientações contidas na BNCC (2018), poderão proporcionar essas transformações, se torna um das funções de educadores comprometidos com a educação brasileira.

Por meio desta análise, busca-se trazer algumas discussões, esclarecimentos e orientações práticas aos educadores gestores e demais envolvidas no processo educacional, visando à construção de um currículo mais inclusivo e alinhado às diretrizes da BNCC (2018). Acredita-se que, ao adotar práticas docentes voltadas para a inclusão, é possível promover um ambiente educacional mais equitativo, onde todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver seu pleno potencial e participar ativamente da construção do conhecimento.

Para o desenvolvimento deste texto, buscamos situar a temática por meio destes apontamentos iniciais, em seguida traçamos os caminhos que possibilitaram o desenvolvimento desta investigação, além de discorrer sobre estratégias e abordagens



pedagógicas, que podem ser adotadas pelos educadores para criar um ambiente educacional acolhedor, inclusivos e que respeite as necessidades individuais de cada educando. Por oportuno ainda discutimos sobre desafios e as oportunidades que surgem no processo de implementação da BNCC, enfatizando a importância da função do educador como agente de mudança. E fechamos nossas reflexões com os apontamentos finais que retomam o diálogo sobre a temática em estudo e sintetizam os achados a partir do objetivo proposto para este estudo.

PRÁTICAS DOCENTES NA BNCC

Para iniciar a discussão sobre as práticas docentes na produção de um currículo mais inclusivo, é fundamental ter uma compreensão clara da BNCC e de seus princípios orientadores. A BNCC, em sua essência teórica, busca estabelecer uma educação de qualidade, que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento integral dos estudantes. Ela reconhece a importância de considerar as necessidades individuais dos educandos, fornecendo diretrizes que visam atender a todos, incluindo aqueles com deficiências, necessidades educacionais especiais, diferenças socioemocionais e culturais. E um breve registro de Marsiglia et al (2017, p. 108) nos mostra nesse recorte que:

A Base Nacional Comum Curricular foi uma exigência dos organismos internacionais, da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2012) de 1996 e de três das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Com efeito, a BNCC começa a ser formulada no primeiro semestre de 2015, ainda no governo Dilma. Em seu processo de produção e organização, reúne membros de associações científicas representativas das diversas áreas do conhecimento de Universidades públicas, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e fundamentalmente representantes dos aparelhos privados de hegemonia da classe empresarial que compõem a ONG Movimento pela Base Nacional Comum.

A BNCC (2018) oferece um ponto de partida, mas vale ressaltar que, apenas uma vez se refere à educação para as pessoas com deficiência, que está na sua introdução, quando menciona a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, data que foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e tem por base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi assinada em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, sendo o Brasil um dos signatários. Entende-se, neste contexto que, a tarefa de tornar a educação mais inclusiva cabe aos educadores, assim seria necessário adaptá-la de acordo com as particularidades de sua realidade escolar e dos educandos. Afinal, essa é a base atual que



direciona os caminhos da educação brasileira. Então é essencial que os educadores analisem e compreendam as competências e habilidades propostas pela BNCC (2018), considerando como elas podem ser ajustadas para atender às necessidades individuais de cada um inserido no processo educacional. Isso implica em reconhecer que cada um é único e possui diferentes ritmos, estilos e interesses de aprendizagem.

Um dos pontos que mais demanda de atenção no que se refere à inserção de informação nos meios de aprendizagem, é o currículo, que para Saviani (2016, p. 2):

[...] é entendido comumente como a relação das disciplinas que compõem um curso ou a relação dos assuntos que constituem uma disciplina, no que ele coincide com o termo programa. Entretanto, no âmbito dos especialistas nessa matéria tem prevalecido a tendência a se considerar o currículo como sendo o conjunto das atividades (incluído o material físico e humano a elas destinado) que se cumprem com vistas a determinado fim. Este pode ser considerado o conceito ampliado de currículo, pois, no que toca à escola, abrange todos os elementos a ela relacionados.

A citação destaca a evolução do conceito de currículo, que muitas vezes é limitado à simples relação de disciplinas ou conteúdos de um curso. No entanto, ao considerar o currículo como um conjunto abrangente de atividades, recursos e finalidades, ampliamos nossa compreensão sobre o papel da educação. Essa visão mais holística reconhece que o currículo não se resume apenas ao que é ensinado, mas inclui também como e onde o ensino ocorre, os recursos disponíveis e o ambiente escolar. Esse conceito ampliado é especialmente relevante no contexto da educação inclusiva, pois enfatiza a necessidade de adaptar não apenas os conteúdos, mas também as metodologias e os ambientes de aprendizagem.

Assim, para que o currículo atenda efetivamente a todos os educandos, deve-se considerar a diversidade das experiências de aprendizado e a importância dos recursos humanos e físicos que suportam essas atividades. Esse entendimento proporciona uma base sólida para a construção de práticas pedagógicas que promovam a inclusão, respeitando as particularidades de cada educando e garantindo que todos tenham a oportunidade de aprender de forma significativa.

Na mesma produção, Saviani ainda defende que, resumidamente, pode-se considerar que o currículo operacional de uma escola nada mais é do que uma escola em pleno funcionamento, ou seja, a mobilização de todos os recursos, materiais e pessoas para a finalidade racional de sua existência, que se traduz na educação de crianças e jovens. Já para Mercado e Fumes (2017, p. 7):

[...] os currículos são formulados por sujeitos que representam a comunidade política, envolvendo representantes do Estado, acadêmicos, consultores e diferentes



grupos de interesse, que rearticulam pressões num movimento que se revela como produtos de acordos e de hegemonias contingentes que fortalecem a mercantilização da educação. Estes currículos são produzidos num processo político em que diversas representações decorrem de articulações anteriores à sua escrita final e se manifestam nas múltiplas leituras que são feitas deste documento.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas podem e devem voltar-se com mais atenção para a produção de um currículo de excelência, amplo e inclusivo, haja vista, uma educação inclusiva requer práticas pedagógicas que considerem as diferentes formas de aprender e as necessidades específicas dos educandos. Os educadores desempenham um papel fundamental na criação de um ambiente de aprendizagem que promova a participação ativa de todos. Estratégias como a diferenciação curricular, o uso de recursos didáticos variados, a colaboração entre os alunos e a adaptação de avaliações são exemplos de práticas que podem contribuir para a inclusão. Mas como isso se relacionaria com a BNCC (2018)?

Alguns autores relacionam a inclusão positivamente à mesma, todavia, há uma ponderação denotada por Orrú (2018, p. 5) que, no artigo “Base Nacional Comum Curricular: à contramão dos Espaços de aprendizagem inovadores e inclusivos”, argumenta:

No que diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, base nacional comum curricular são os conhecimentos, saberes e valores produzidos pela cultura, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições que produzem o conhecimento científico e tecnológico, bem como no mundo do trabalho, no desenvolvimento das linguagens, nas atividades desportivas como corporais, na produção artística, além dos diversos modos de exercício da cidadania que também se dão nos movimentos sociais.

Com base no excerto selecionado anteriormente, identificamos que destaca a riqueza e a diversidade dos conhecimentos que compõem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), evidenciando uma visão positiva e integradora do currículo. No entanto, ao refletir sobre essa citação, é possível observar algumas contradições em relação a outros autores que criticam a abordagem predominante nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Enquanto a citação ressalta a importância dos saberes produzidos pela cultura e suas diversas manifestações, alguns autores argumentam que a implementação da BNCC muitas vezes ignora as realidades locais e a pluralidade cultural, concentrando-se em um modelo de ensino padronizado.

Essa crítica aponta para a superficialidade com que muitas vezes são abordados aspectos como a arte, a cidadania e a diversidade, resultando em uma educação que pode ser mais excludente do que inclusiva. Ademais, ao enfatizar a importância dos conhecimentos gerados nas instituições de ensino e no mundo do trabalho, a citação parece sugerir uma visão instrumental da educação, em que o saber é frequentemente reduzido à sua aplicabilidade imediata. Autores que defendem uma educação crítica e transformadora argumentam que essa



perspectiva pode desconsiderar a formação integral do sujeito, que vai além da mera preparação para o mercado de trabalho e inclui o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e éticas. Assim, a reflexão sobre esse trecho revela uma tensão entre a proposta de um currículo abrangente e inclusivo e as críticas que apontam para uma aplicação muitas vezes limitada e descontextualizada dessas diretrizes. É crucial que a discussão sobre a BNCC considere essas diversas perspectivas, buscando um equilíbrio que valorize a pluralidade cultural e promova uma educação realmente transformadora e integradora.

E ainda ressalta que, a BNCC (2018), é um modelo de ensino homogeneizador, avaliação, currículo, ensino e escola determinam a taxa na qual cada aluno deve aprender. Isso é um paradigma que põe em causa a diversidade, o respeito pelas diferenças individuais e os processos inclusivos. Ela limita autonomia das escolas, e sobre as tarefas, agrega um valor exagerado para a educação conteudista, superestimando determinado conteúdo em detrimento de outros.

Ademais, espera-se que a BNCC (2018) destaque a valorização da diversidade como um princípio fundamental. Os educadores têm a responsabilidade de criar um ambiente em que todos os educandos se sintam acolhidos e respeitados, independentemente de sua origem étnico-racial, gênero, religião, orientação sexual ou qualquer outra característica pessoal. Isso envolve o reconhecimento e a incorporação das diferentes perspectivas e experiências dos educandos no currículo, bem como o combate a estereótipos e preconceitos. O currículo pode ser integrado aqui e mais uma vez ressaltando a importância de boas práticas pedagógicas para o desenvolvimento de tal.

Embora a implementação de um currículo inclusivo baseado na BNCC (2018), traga grandes benefícios, é importante reconhecer os desafios envolvidos nesse processo. Dificuldades como a falta de recursos adequados, a formação docente insuficiente e a resistência a mudanças, podem ocorrer. No entanto, é possível transformar estes desafios em oportunidades, por meio de investimentos na formação contínua dos professores, na criação de espaços de colaboração e troca de experiências e no apoio institucional para a implementação de práticas inclusivas. A integralização de informações é um critério fundamental neste quadro.

Ao discutir sobre a função da escola – totalmente atrelada às práticas docentes em sala, no desenvolvimento do “saber sistematizado” Saviani (2016, p. 4) enuncia que:

[...] para existir a escola não basta à existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isto implica dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança (estudante) passe gradativamente do seu não



domínio ao seu domínio. E o saber dosado e sequenciado para efeitos de sua transmissão e assimilação no espaço escolar ao longo de um tempo determinado, é o que convencionamos chamar de “saber escolar”. E é nessa condição que os conhecimentos sistematizados passam a integrar os currículos das escolas.

No que se refere ao exposto, é oportuno reforçar como ocorrerão à construção do saber sistematizado, as condições que serão arquitetadas para possibilitar a absorção do conhecimento proposto, que é sistematizado e está nas matrizes curriculares. Nesta senda, as práticas pedagógicas, desempenham um papel crucial na produção de um currículo educacional. Elas referem-se às estratégias, métodos e abordagens utilizadas pelos educadores para planejar, efetuar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem. Na produção de um currículo mais inclusivo, as práticas devem levar em consideração a diversidade de alunos, suas necessidades individuais e formas de aprendizagem. Isso implica em adotar abordagens diferenciadas mais humanista, flexíveis e personalizadas, que permitam que todos os estudantes se envolvam ativamente no processo educacional.

E assim percebemos a necessidade da intencionalidade da educação. E a intencionalidade se faz com reflexão, questionamento. Nesse caso específico se encaixam perguntas como: Que tipo de escola? Para que alunos? Qual sociedade? Que conteúdos? O que esperamos e queremos para o futuro do país. Assim podemos perceber as possibilidades da intencionalidade nas palavras de Souza (2016, p. 40):

A natureza da prática pedagógica reside na sua intencionalidade, no contexto da prática social. É como se a prática social fosse a categorização da ação humana, com pilares pedagógicos, econômicos, culturais, ideológicos, políticos etc. Pilares que sofrem múltiplas determinações uns dos outros. A sua natureza intencional expressa objetivos que podem ser formar, modificar, transformar, conservar, dialogar, problematizar, construir, desconstruir etc.

As Práticas pedagógicas analisadas a partir do contexto escolar requerem uma análise de seus elementos estruturais, como percepção de educação, currículo, relacionamento professor-alunos-família, conteúdo, objetivos e processos de avaliação de ensino e aprendizagem. Reconhecer o contexto e o propósito é fundamental para começar a caracterizar a prática pedagógica. Isso requer uma análise minuciosa das práticas de condução de políticas educacionais que visam avaliar ou subestimar um profissional da área da educação. As práticas pedagógicas estão incluídas nas mais diversas esferas sociais, portanto, não podem ser analisadas de modo isolado e/ou centrado no ser humano professor ideal que represente todo um país com tamanha diversidade cultural como o Brasil.



Portanto, é essencial que as reflexões sobre a prática docente levem em conta as especificidades de cada realidade local, permitindo que os educadores atuem de maneira contextualizada e significativa. Assim, será possível promover uma educação que realmente atenda às necessidades dos alunos e respeite as singularidades de cada comunidade, contribuindo para a construção de um ambiente escolar inclusivo e equitativo.

APONTAMENTOS FINAIS

A implementação de um currículo que promova uma educação mais inclusiva, alinhado às diretrizes da BNCC (2018), é um desafio fundamental para educadores e educadoras. Ao longo deste artigo, tivemos como objetivo central tratar sobre as práticas docentes visando à inclusão escolar com base na Base Nacional Comum Curricular. Assim sendo, exploramos acerca de práticas docentes na produção desse currículo, destacando estratégias e abordagens pedagógicas que podem ser adotadas para criar um ambiente educacional acolhedor, inclusivo e que respeite as necessidades individuais de cada educando. Ficou evidente que os atores sociais envolvidos neste processo, isto é, educadores e educadoras, desempenham uma função crucial, pois são os mediadores entre as diretrizes deste documento normativo e a realidade das salas de aula. Estes são responsáveis por adaptar e implementar o currículo de forma a atender às necessidades individuais, valorizando a diversidade e promovendo uma aprendizagem significativa para todos e todas.

No entanto, é nítido que a implementação da BNCC (2018), que seja verdadeiramente inclusiva apresenta desafios. A falta de recursos adequados, a necessidade de formação contínua dos professores e a resistência a mudanças, são obstáculos que devem ser superados. É essencial que as instituições de ensino, os gestores educacionais e os formuladores de políticas públicas apoiem os professores nesse processo, oferecendo recursos, formação adequada e suporte contínuo, dentre outros aspectos de igual importância.

Além disso, é importante ressaltar que a implementação de um currículo inclusivo não é apenas uma responsabilidade dos educadores e educadoras, mas uma tarefa coletiva. A colaboração entre seus pares, a troca de experiências e a construção de uma cultura escolar inclusiva são fundamentais para o sucesso desse processo. Ao adotar práticas docentes voltadas para a inclusão, poderemos transformar a educação em um espaço mais equitativo, onde todos os educandos tenham a oportunidade de desenvolver seu pleno potencial e participar ativamente da construção do conhecimento. A BNCC, (2018) aliada às estratégias



pedagógicas eficazes, pode oferecer um caminho para a promoção de uma educação de mais qualidade e principalmente, com equidade.

Por fim, a função dos educadores como agentes de mudanças é crucial para a construção de um currículo que atenda às necessidades de todos. Com base nas propostas da BNCC (2018), é possível criar um ambiente educacional que valorize a diversidade, promova a inclusão e prepare os estudantes para enfrentar os desafios do mundo atual, desde que sejam consideradas as especificidades, o respeito, a valorização e o conhecimento sobre características individuais daqueles que estão no contexto escolar. Que essas reflexões sirvam de inspiração e orientação para os educadores, gestores e demais envolvidos na construção de uma educação mais inclusiva, equitativa e transformadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>>. Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, de 30 de março de 2007. Protocolo Facultativo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; e Decreto Executivo nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

MERCADO, E. L. de O.; FUMES, N. de L. F. Base Nacional Comum Curricular e a educação especial no contexto da inclusão escolar. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, 2017.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão et al. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 1, p. 107-121, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835>>. Acesso em: jul. 2024.

ORRÚ, Sílvia Ester. Base Nacional Comum Curricular: à contramão dos espaços de aprendizagem inovadores e inclusivos. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 11, n. 25, p. 4, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento-revista de educação**, n. 4, 2016.

SOUZA, Maria Antônia de. Sobre o conceito de prática pedagógica. In: SILVA, M. C. B. da. **Práticas pedagógicas e elementos articuladores**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, p. 38-65, 2016.

